Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Planner Corretora de Valores S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.806.535/0001-54**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o **semestre** findo em **30 de junho de 2022**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB n° 54, de 16 de dezembro de 2020**.**

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas foram publicadas no dia **05 de outubro de 2022** no sítio eletrônico: **https://www.planner.com.br/compliance/**

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Planner Corretora de Valores S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

DOUGLAS CONSTANTINO FERREIRA:29559175831 Assinado de forma digital por DOUGLAS CONSTANTINO FERREIRA:29559175831 Dados: 2022.10.11 09:54:57 -03'00'

DOUGLAS C. FERREIRA
Diretor de Contabilidade

REINALDO DANTAS:76895599800 Assinado de forma digital por REINALDO DANTAS:76895599800 Dados: 2022.10.05 10:51:38 -03'00'

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP110330/O-6

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Planner Corretora de Valores S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

O **resultado** do semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de **R$ 17.376 mil**.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Corretora** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 30 de junho de 2022, os limites operacionais **da Corretora**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

Veneziani
AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores – Diretores e Acionistas da
PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. (“Planner”)** que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos descritos nos parágrafos a seguir intitulado “Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.,** em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Títulos e Valores. Mobiliários – Cotas de Fundo de Investimento

Conforme nota explicativa 5, em 30 de junho de 2022, a **“Planner”** possuía cotas de Fundo de Investimentos que incluía o investimento no Viracondo FIM no montante de R$ 1.500 mil. Não tivemos acesso às demonstrações contábeis, notas explicativas e relatório dos auditores independentes referente a auditoria deste Fundo em 30 de junho de 2022. Com base no demonstrativo apresentado no site da CVM, a posição em 30 de junho de 2022 a quantidade de cotas do Viracondo FIM pertence a “Planner” estaria representada por R$ 777 mil, sem o respectivo registro da provisão de desvalorização de R$ 723 mil pela **“Planner”.**

Outros Créditos Diversos – Valores a Receber de Sociedades Ligadas

Conforme Nota Explicativa 7.1”d” o saldo de R$ 6.691mil, refere-se a valores a receber de sociedades ligadas da Planner Holding Financeira S.A. (R$ 490 mil), Planner Trustee DTVM Ltda. (R$ 6.259 mil, e Planner Trust DTVM (Reembolso de Despesas) e valores a pagar R$ 58 mil. Não recebemos a confirmação externa (circularização) da parte relacionada.

Outros Passivos - Credores diversos – país Provisão para Passivos Contingentes

Conforme nota explicativa 11.2.“a” o saldo contábil dessa conta em 30 de junho de 2022, apresentava o valor de R$ 2.300 mil sem o registro contábil da atualização de R$ 4.048 mil.

Outros Passivos – Diversos - Credores diversos – País – Valores a Repassar – Debentures

Conforme mencionado na nota Explicativa n° 11.2."b", a **"Planner"** possuía valores a repassar que inclui o montante de R$ 1.434 mil que estavam pendentes de conciliação em 30 de junho de 2022. Por meio de procedimentos de auditoria verificamos que esse saldo ainda não se encontra totalmente conciliado e ficamos impossibilitados de opinar, e por isso não opinamos, sobre a sua adequação e seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2022.

Resultado

Verificamos que em 30 de junho de 2022 a administração não constituiu a provisão para honorário de assessoria jurídica no valor de R$ 1.868 mil, conforme confirmação recebida da assessoria jurídica.

Ênfase

Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 11.1 “a”, onde consta que a **“Planner”**, no primeiro semestre de 2011, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei nº 11.941/09, cujo processo de adesão a este REFIS requer o cumprimento de diversas etapas, entre as quais o pedido de extinção dos processos e a homologação da referida inscrição nesse programa. Em 30 de junho de 2022, a “Planner” não havia concluído todo o processo de adesão ao REFIS e a administração da “Planner” em conjunto com seus assessores legais avaliou como provável o desfecho desse processo**.**

Crédito tributário

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20 a **“Planner”** possui em 30 de junho de 2022 a Corretora apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante R$ 12.944 (R$ 665 mil, em 30 de junho de 2021), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, também não elaborou estudo técnico, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário nacional, para os créditos tributários no montante de R$ 4.649, provenientes de perda estimada com outros créditos de liquidação duvidosa e contingências cíveis e trabalhistas no montante de R$ 2.300.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas com relatório de auditoria em 25 de outubro de 2021, respectivamente, com opinião adversa sobre as demonstrações contábeis quanto aos assuntos, como segue: Títulos e Valores Mobiliários – Cotas de Fundo de Investimento, Títulos dados em Garantia de Oper. Bolsas, Rendas a Receber, Outros Créditos Diversos – Devedores Diversos, Outros Créditos Diversos – Valores a Receber de Sociedades Ligadas, Outros Ativos – diversos – Devedores por Depósitos em Garantia, Outros Passivos - Credores Diversos – país, Resultados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à “**Planner**” e de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal

de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da "**Planner**" é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis 'as "**Planner**" autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a "**Planner**" continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a "**Planner**" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da "**Planner**" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da "**Planner**".
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "**Planner**". Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a "**Planner**" a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de setembro de 2022.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP13744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA:53005139891

Assinado de forma digital por ALCINDO TAKACHI ITIKAWA:53005139891
Dados: 2022.10.04 14:25:19 -03'00'

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Valores em R$ 1.000

A T I V O	NE	30/06/22	31/12/21
CIRCULANTE		**134.160**	**141.825**
DISPONIBILIDADES	**4**	**2.729**	**342**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**119.760**	**118.175**
Aplicação interfinanceira de Liquidez	**4**	48.899	69.911
Títulos e valores mobiliários	**5**	62.244	29.739
Carteira de câmbio	**6.3**	1.570	-
Rendas a receber	**6.4**	2.314	9.518
Negociação e intermediação de valores	**6.3**	4.733	9.007
OUTROS ATIVOS		**11.671**	**23.308**
Outros créditos - Diversos	**7.1**	11.551	22.981
Despesas antecipadas		120	327
NÃO CIRCULANTE		**22.000**	**16.879**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**15.655**	**29.742**
Títulos e valores mobiliários	**5**	15.655	29.742
OUTROS ATIVOS		**6.878**	**6.708**
Outros créditos - Diversos	**7.1**	6.878	6.708
PROV. PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS A:	**8**	**(2.991)**	**(23.399)**
Risco de rendas a receber e outros créditos		(2.991)	(23.399)
INVESTIMENTOS	**9**	**45**	**45**
Outros investimentos		45	45
IMOBILIZADO DE USO	**10**	**2.413**	**3.783**
Outras imobilizações de uso		7.076	8.214
(Depreciações acumuladas)		(4.663)	(4.431)
TOTAL DO ATIVO		**156.160**	**158.704**

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Valores em R$ 1.000

P A S S I V O	NE	30/06/22	31/12/21
CIRCULANTE		**126.661**	**145.969**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**75.607**	**131.952**
Depósitos	**6.1**	68.300	111.568
Relações interdependências	**6.2**	1.300	4
Carteira de câmbio		1.565	-
Negociação e intermediação de valores	**6.3**	4.442	20.380
OUTROS PASSIVOS		**51.054**	**14.017**
Fiscais e previdenciárias	**11.1**	13.733	5.290
Diversas	**11.2**	37.321	8.727
NÃO CIRCULANTE		**5.280**	**5.827**
PROVISÕES		**5.280**	**5.827**
Fiscais e previdenciárias	**11.1**	2.980	3.590
Diversas - Passivos contingentes	**11.2**	2.300	2.237
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**24.219**	**6.908**
Capital:	**12.1**	42.840	42.840
De Domiciliados no país		42.840	42.840
Ajustes de avaliação patrimonial		(803)	(738)
(Prejuízos acumulados)		(17.818)	(35.194)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**156.160**	**158.704**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R$ 1.000

	NE	30/06/22	30/06/21
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**9.263**	**5.927**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		8.478	5.486
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(2)	6
Resultado de operações de câmbio		787	435
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**27.335**	**-**
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		27.335	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**36.598**	**5.927**
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		**(19.222)**	**(9.183)**
Receitas de prestação de serviços	**14**	26.143	31.476
Despesas de pessoal	**15**	(12.097)	(9.516)
Outras despesas administrativas	**16**	(30.812)	(26.161)
Despesas tributárias	**17**	(4.500)	(3.284)
Despesas com provisões associadas ao risco de crédito		(2.724)	(1.034)
Outras receitas operacionais	**18**	33.745	774
Outras despesas operacionais	**19**	(28.977)	(1.438)
RESULTADO OPERACIONAL		**17.376**	**(3.256)**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**-**	**-**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**17.376**	**(3.256)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DOS SEMESTRES		**17.376**	**(3.256)**
Nº de ações .....:		**7.000**	**7.000**
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R$		**2.482,35**	**(465,14)**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R$ 1.000

	30/06/22	30/06/21
RESULTADO LÍQUIDO DOS SEMESTRES	**17.376**	**(3.256)**
RESULTADO ABRANGENTE	**(65)**	**(52)**
Ajustes que serão transferidos para resultados:	(65)	(52)
Ajuste TVM	(65)	(87)
IR de ajuste TVM	-	35
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**17.311**	**(3.308)**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R$ 1.000

Semestre de 01/01/22 a 30/06/22	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/22	42.840	(738)	(35.194)	6.908
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	(65)	-	(65)
Lucro líquido do semestre	-	-	17.376	17.376
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/22	42.840	(803)	(17.818)	24.219
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(65)	17.376	17.311

Semestre de 01/01/21 a 30/06/21	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/21	22.840	94	(3.639)	19.295
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	(52)	-	(52)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	(3.256)	(3.256)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/21	22.840	42	(6.895)	15.987
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(52)	(3.256)	(3.308)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R$ 1.000

	1º-SEM-22	1º-SEM-21
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) dos semestres	**17.376**	**(3.256)**
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	232	67
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(27.335)	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	2.724	1.034
	(7.003)	(2.155)
Variação de Ativos e Obrigações	(13.787)	41.694
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(8.575)	7.764
(Aumento) redução de outros ativos	15.864	(8.227)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(56.345)	-
Aumento (redução) em outros passivos	35.463	42.157
Imposto de renda e contribuição social pagos	(194)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(20.790)**	**39.539**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Imobilizado de uso	(471)	(914)
Inversões líquidas no intangível	2.636	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**2.165**	**(914)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(18.625)**	**38.625**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	70.253	82.619
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	51.628	121.244

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
E exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Planner Corretora de Valores S.A. ("Corretora") tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou por conta de terceiros, e está localizada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Condomínio Edifício Pedro Mariz, B31, na cidade e estado de São Paulo.

Em 02 de abril de 2019, foram iniciadas tratativas para cisão da Planner Holding S.A. ("Holding"), até então controladora da Corretora. O Banco Central aprovou em setembro/2021 a assunção do controle do acionista remanescente das ações da Corretora, estando pendente apenas a aprovação pelo Banco Central da assunção do controle do acionista dissidente das ações da Planner Holding II S.A. ("Holding II"). Adicionalmente, na operação, foram aprovadas pelos acionistas a transferência de algumas operações/clientes da Planner Corretora de Valores S.A. para Planner Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, mais especificamente das áreas de Administração Fiduciária, Serviços Qualificados e Investment Banking.

Os anos de 2020 e 2021 consolidaram um importante período, no qual a Corretora realizou um intenso trabalho de transformação digital. Fizeram parte desse programa uma série de ações coordenadas que implicaram no lançamento de um novo aplicativo (nas plataformas IOS e Android), reestruturação de seu website (incluindo o lançamento de novos produtos e melhorias em sua área logada), maior exposição em mídia, redesenho e reposicionamento de marca.

Junto com tudo isso também foram revistos processos internos de atendimento e *onboard* de novos clientes, o que resultou num novo mecanismo de Cadastro - mais eficiente e interativo.

O somatório desses esforços tornou todo o segmento de pessoa física mais relevante dentro da Planner, viabilizando a negociação da venda desta carteira de clientes em janeiro de 2022.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central por meio da Resolução BCB nº

2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de setembro de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são calculados com base no método exponencial, observando-se o critério “pro rata dia”.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução do CMN nº 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras.

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Corretora estão contemplados abaixo:

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, classificados na categoria "títulos disponíveis para venda", são ajustados pelo valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado são registrados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "*pro rata dia*", ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida na adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período.

e) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

f) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear considerando as seguintes taxas de depreciação anuais: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens de uso.

g) Intangível

São representados principalmente por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, considerando a taxa anual de 20% a.a.

h) Valor de recuperação dos ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade das entidades de efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível.

i) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota;

- **Provisões**: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas;

- **Obrigações legais** (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

k) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

É constituída com base na expectativa de perdas na realização de rendas a receber por serviços prestados.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R$ 240 no ano. A provisão para Contribuição Social está sendo calculada à alíquota de 15%, entre 01 de janeiro a 30 de junho e 20% entre 01 de julho à 31 de dezembro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

m) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN n° 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

n) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

o) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

p) Resultado por ação

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

q) Juros sobre capital próprio

A Administração da Corretora decide sobre o pagamento dos juros sobre capital próprio caso haja lucro na empresa, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;

- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

s) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Corretora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Corretora e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Corretora não possuía resultado não recorrentes que devem ser divulgados nas demonstrações financeiras ou suas notas explicativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	**2.729**	**342**
Caixa	-	1
Depósitos bancários	162	306
Reservas livres	1.267	31
Disponibilidades em moedas estrangeiras	1.300	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	**48.899**	**69.911**
Letras Financeiras do Tesouro	-	69.911
Letras do Tesouro Nacional	48.899	-
Total caixa e equivalentes de caixa	**51.628**	**70.253**

(a) Referem-se às operações compromissadas.

5. Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários

a. Composição e vencimento

			30/06/2022		31/12/2021	
	Categoria	Vencimento	Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Saldo contábil
Circulante			**62.187**	**62.244**	**30.225**	**29.739**
Carteira própria			**35.339**	**35.396**	**1.873**	**1.209**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2022 a 01/03/2023	10.080	10.085	11	12
Cotas de Fundos de Investimentos	Disponível para venda	Sem vencimento	24.425	24.425	1.819	1.095
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Disponível para venda	31/03/2023	791	791	-	-
Ações em Companhias Abertas	Disponível para venda	Sem vencimento	43	95	43	102
Vinculados a prestação de garantias			**26.848**	**26.848**	**28.352**	**28.530**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2022 a 01/03/2023	1.065	1.065	3.311	3.313
Letras do Tesouro Nacional	Disponível para venda	-	-	-	175	176
Notas do Tesouro Nacional **- F**	Disponível para venda	01/01/2023	54	54	-	-
FILCB Multimercado – BVMF **(i)**	Disponível para venda	Sem vencimento	25.729	25.729	25.041	25.041
Não circulante			**15.646**	**15.655**	**29.721**	**29.742**
Carteira Própria			**15.096**	**15.105**	**1.666**	**1.668**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2023 a 01/03/2027	13.981	13.988	535	536
Letras do Tesouro Nacional	Disponível para venda	01/07/2023	185	185	-	-
Notas do Tesouro Nacional - B	Disponível para venda	01/01/2023 a 15/05/2055	476	478	391	392
Notas de Tesouro Nacional - F	Disponível para Venda	-	-	-	178	178
Debentures	Disponíveis para venda	31/12/2050 a 01/01/2059	454	454	562	562
Vinculados a prestação de garantias			**550**	**550**	**28.055**	**28.074**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/03/2025	354	354	27.978	27.997
Letras do Tesouro Nacional	Disponível para venda	01/07/2023	80	80	77	77
Notas do Tesouro Nacional - B	Disponível para venda	-	-	-	-	-
Notas de Tesouro Nacional - F	Disponível para Venda	01/01/2025 a 01/01/2031	116	116	-	-
			77.833	**77.899**	**59.946**	**59.481**

Os valores de mercado das ações de companhias abertas e dos títulos públicos e privados foram apurados, respectivamente, com base no preço de fechamento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão antes do encerramento dos semestres e no preço médio e nas taxas de juros divulgados pela ANBIMA no último pregão antes do encerramento dos semestres.

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício/semestre.

(i) O Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&FBOVESPA Multimercado Investimento no Exterior, possui como objetivo constituir um mecanismo eficiente de liquidez para a Câmara, para fins do cumprimento das obrigações assumidas pela Câmara, bem como proporcionar a seus cotistas a preservação do valor das suas cotas.

Os demais títulos foram apurados pelo preço médio de negociação, ou quando não disponível, a Administração da Corretora adota parâmetro para cálculo do valor de mercado, obtido mediante técnica interna de precificação.

As ações de companhias abertas estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Os títulos públicos estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), respectivamente.

b. Resumo das exposições com instrumentos financeiros derivativos

A Corretora participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os riscos são administrados por meio de sistemas de controles, estabelecimento de estratégia de operação, determinação de limites e monitoramento constante das posições assumidas.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não havia posição em aberto com operações de instrumentos financeiros derivativos.

c. Margens de garantia

Em 30 de junho 2022, as margens de garantia de operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão montam o valor de R$ 27.398 (R$ 56.604 em 31 de dezembro de 2021).

6. Instrumentos Financeiros

6.1. Depósitos – passivo

	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Recurso disponível de clientes	68.300	111.568
	68.300	**111.568**

6.2. Relações interdependências – passivo

	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Recursos em trânsito de terceiros – moedas estrangeiras	1.300	4
	1.300	**4**

6.3. Negociação e intermediação de valores

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação **(a)**	-	708	3.187	27
Devedores/credores - conta liquidações pendentes **(a)**	4.563	2.097	3.620	12.730
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar **(a)**	10	-	1.725	-
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	159	1.637	475	1.525
Aquisição e subscrição de títulos	-	-	-	6.098
	4.733	**4.442**	**9.007**	**20.380**

(a) Referem-se, principalmente, a valores a receber e a liquidar com clientes e instituições do mercado pelas operações realizadas nos últimos pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, cuja liquidação ocorrerá em até 2 dias úteis.

6.4. Rendas a receber – ativo

Em 30 de junho de 2022 estão representadas pelas corretagens, taxas de administração e custódia e comissões a receber na intermediação de operações e negócios, no valor de R$ 2.314 (R$ 9.518 em 31 de dezembro de 2021).

Aging-list das rendas a receber

30/06/2022

Descrição	Taxa de Administração de Fundos	Prestação de serviços de assessoria	Comissões e corretagens a receber	Totais
Valores a Vencer	900	198	63	1.161
Valores vencidos de 15 a 60 dias	1.059	47	-	1.106
Valores vencidos de 61 a 90 dias	14	8	-	22
Valores vencidos de 91 a 180 dias	-	16	-	16
Valores vencidos acima de 180 dias	-	9	-	9
	1.973	**278**	**63**	**2.314**

31/12/2021

Descrição	Taxa de Administração de Fundos	Prestação de serviços de assessoria	Comissões e corretagens a receber	Totais
Valores a Vencer	1.021	-	101	1.122
Valores vencidos de 30 a 60 dias	65	67	-	132
Valores vencidos de 61 a 90 dias	6	3	-	9
Valores vencidos de 91 a 180 dias	50	1	-	51
Valores vencidos acima de 180 dias	8.055	149	-	8.204
	9.197	**220**	**101**	**9.518**

7. Outros Ativos

7.1. Outros créditos - Diversos

	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Impostos a compensar	652	410
Adiantamentos e antecipações	436	19
Valores a receber de sociedades ligadas (d)	6.691	5.629
Devedores diversos – País **(a) e (7.2)**	3.772	16.923
	11.551	**22.981**
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais **(b)**	6.598	6.425
Devedores por depósitos em garantia - outros recursos **(c)**	280	283
	6.878	**6.708**

(a) Em 30 de junho de 2022 refere-se, substancialmente, a valores a receber de despesas pagas a Fundos, Clubes e Debenturistas no montante de R$ 180 (R$ 5.218 em 31 de dezembro de 2021); e, saldo a receber de clientes referente a confissão de dívidas no montante de R$ 0 (R$ 7.241 em 31 de dezembro de 2021);

(b) Refere-se integralmente a depósitos judiciais de processos de natureza tributária. Em 3 de junho de 2022 a Corretora apresenta um montante de R$ 6.598 (R$ 6.425 em 31 de dezembro de 2021), relacionados a seguir:

(i) **Depósito Judicial:** Intimações Secretaria da Receita Federal IRPJ n° 2005/07 no montante de R$ 2.749 (R$ 2.676 em 31 de dezembro de 2021);
(ii) **Depósito Judicial:** Intimações Secretaria da Receita Federal CSLL n° 2005/07 no montante de R$ 1.308 (R$ 1.274 em 31 de dezembro de 2021);
(iii) **Depósito Judicial:** Intimações Secretaria da Receita Federal n° 2007 (COMP PREJ) no montante de R$ 2.292 (R$ 2.226 em 31 de dezembro de 2021);
(iv) **Depósito Judicial:** Intimações Secretaria da Receita Federal ISS (Processo Pref. SJ Rio Preto) no montante de R$ 8 (R$ 8 em 31 de dezembro de 2021);
(v) **Ação Judicial:** Intimações Secretaria da Receita Federal COFINS no montante R$ 241 (R$ 241 em 31 de dezembro de 2021).

(c) O valor refere-se, substancialmente, a bloqueios judiciais na conta da Corretora, decorrentes de processos que pessoas físicas fizeram contra o FIDC Atlântico (FIDC) que possuem títulos em seu nome cedido por alguma instituição ao FIDC, pois entendem que a dívida não é para o FIDC e sim da Corretora em que fez a dívida. Assim o juiz quando

julga a ação, bloqueia o valor cobrado na conta corrente da Corretora, por eles serem os Administradores do Fundo, e quando da ocorrência do fato é solicitado ao FIDC o devido valor bloqueado.

(d) O saldo em 30 de junho de 2022 no montante de R$ 6.691 (R$ 5.629 em 31 de dezembro de 2021) refere-se: (i) valores a receber da Planner Holding Financeira S.A. no montante de R$ 490 (R$ 489 em 31 de dezembro de 2021); (ii) valores a receber da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. no montante de R$ 6.259 (R$ 5.140 em 31 de dezembro de 2021) referente a reembolso de despesas; (iii) valores a pagar a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. no montante de R$ 58 referente conta corrente entre as empresas (R$ 72 referente a valores a receber em 31 de dezembro de 2022).

7.2. *Aging-list* de devedores diversos – país

Descrição	Devedores diversos – país 30/06/2022	Devedores diversos – país 31/12/2021
Valores a Vencer	-	-
Valores vencidos de 30 a 60 dias	671	126
Valores vencidos de 61 a 90 dias	-	495
Valores vencidos de 91 a 180 dias	-	620
Valores vencidos acima de 180 dias	3.100	15.682
	3.771	**16.923**

8. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de serviços prestados a receber	-	-
Provisão de valores a receber Fundos (a)	20	8.062
Provisão de valores a receber de reembolso de Fundos	-	4.272
Outras provisões para créditos (b)	2.971	11.065
	2.991	**23.399**

(a) Provisões com PDD referente à taxa de administração de fundos e custódia.
(b) Provisões com PDD referente à clientes; Reembolsos de despesas; despesas debenturistas e outras provisões.

9. Investimentos

	30/06/2022	31/12/2021
Títulos patrimoniais		
Título patrimonial da Bolsa Brasileira de Mercadorias	45	45
	45	**45**

10. Imobilizado de uso

	Taxa de Depreciação	30/06/22 Custo	30/06/22 Depreciação e amortização	30/06/22 Líquido	31/12/21 Líquido
Imobilizado de Uso					
Projeto digital - em curso	0%	-	-	-	2.146
Instalações	10%	1.026	(743)	283	93
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.551	(1.167)	384	332
Equipamentos, direito de uso, processamento de dados e segurança	10%/20%	2.914	(2.605)	309	371
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.585	(148)	1.437	841
		7.076	**(4.663)**	**2.413**	**3.783**

Movimentação do Imobilizado

	31/12/21	Adições	Baixas	30/06/22
Projeto digital – em curso (a)	2.146	490	(2.636)	-
Instalações	827	199	-	1.026
Móveis e equipamentos	1.477	74	-	1.551
Equipamentos	306	-	-	306
Sistema de processamento	2.603	-	-	2.603
Sistema de segurança	5	-	-	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	850	735	-	1.585
	8.214	**1.498**	**(2.636)**	**7.076**

(a) Em 30 de junho de 2022 foi feito o encerramento do projeto digital (vide NE 1) devido a cessão da carteira de clientes pessoa físicas para a instituição adquirente, o saldo dessa operação foi baixado para despesas com desenvolvimento de sistemas.

11. Outros passivos

11.1. Fiscais e previdenciárias

Circulante

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre lucros		-
Impostos e contribuições a recolher **(a)**	13.733	5.290
	13.733	**5.290**

Não circulante

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a recolher **(a)**	2.980	3.590
Total – não circulante	**2.980**	**3.590**

a) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a Corretora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido nas Leis nº 11.941/09, 14.129/06, Decreto n° 50.512/09 e legislações posteriores, que requer o cumprimento de diversas etapas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil - RFB, que incluem, principalmente, a apresentação de informações, o pedido de extinção dos processos de débitos inscritos na Dívida Ativa da União e a homologação/consolidação da modalidade de parcelamento pela RFB. Em 30 de junho de 2022 a Corretora não havia concluído todo o processo de adesão ao REFIS, porém, a Administração da Corretora, em conjunto com seus assessores legais, avaliou como provável o desfecho desse processo.

Está representado substancialmente, por 1) processo no qual em agosto de 2017 a Corretora aderiu ao processo PERT referente ao Auto de Infração de Distribuição Disfarçada de Lucros (Processo Administrativo nº 16327.721480/2012-45), e 2) Saldo de IRRF sobre renda fixa que em 30 de junho de 2022 representam respectivamente, o total do processo compreendia o montante de R$ 3.649 e R$ 8.156 (R$ 3.735 e R$ 1.428 em 31 de dezembro de 2021).

11.2. Diversas

Circulante

	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações por aquis.de bens e direito	1.406	379
Despesas de Pessoal	1.756	1.500
Provisão de outras despesas administrativas	1.891	2.230
Credores diversos – país **(b)**	16.372	4.170
Outros pagamentos – bolsa de valores	125	303
Outros pagamentos **(c)**	15.771	145
	37.321	**8.727**

Não circulante

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para passivos contingentes **(a)**	2.300	2.237
	2.300	**2.237**

(a) Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião da Administração com suporte de seus assessores jurídicos, como risco de perda provável são provisionados na rubrica provisão para passivos contingentes. Em 30 de junho de 2022 a Corretora apresenta o montante R$ 2.300 (R$ 2.237 em 31 de dezembro de 2021), relacionadas a seguir:

(i) Em 30 de junho de 2022 não havia saldo referente a reclamações cíveis (R$ 2 em 31 de dezembro de 2021);
(ii) Cobrança de valores decorrente de intimação da Secretaria da Receita Federal, adquiridas em função de processo de compensação de prejuízo fiscal, atualizados no montante de R$ 2.227 (R$ 2.227 em 31 de dezembro de 2021);
(iii) Processo de ISS da Prefeitura do RJ referente ao exercício de 2008 no montante de R$ 8 (R$ 8 em 31 de dezembro de 2021).

(b) Composição de saldos credores diversos

	30/06/2022	31/12/2021
Contrato de venda da carteira de varejo	13.000	-
Acordos de processos	1.143	1.990
Ferreira Guimaraes	26	26
Depósitos a identificar - Fundos	54	54
Depósitos a identificar – Diversos	321	321
Planner SCM	12	-
Processo – Textil Renaux	1	-
Valores a Repassar	1.815	1.779
	16.372	**4.170**

(c) Composição de outros pagamentos

	30/06/2022	31/12/2021
SRF- Multas por obrigações acessórias	1.012	-
Multas CVM	2.283	-
Tribunal da justiça – Repasse a efetuar	12.040	-
Legacy Negócios Imobiliários	321	-
SLW CVC – repasse de receita a efetuar	670	461
(-) SLW CVC – Liquidação de Dep. Judicial	(556)	(316)
	15.770	**145**

11.3. Demandas JUDICIAIS – perdas possíveis

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho 2022, estes processos de natureza trabalhista e cível, totalizam R$ 677.830 (R$ 108.448 em 31 de dezembro de 2021):

	R$
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**44.371**
Aumento de contingências possíveis	64.077
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**108.448**
Aumento de contingências possíveis	569.382
Saldos em 30 de junho de 2022	**677.830**

Os principais processos classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível são:

- Reclamação cível pública no montante de R$ 81.611 (R$ 30.396 em 31 de dezembro de 2021), por ato de improbidade administrativa, com pedido liminar de decretação da indisponibilidade dos bens dos Réus;
- Processo administrativo no montante de R$ 534.938, referente tomada de Conta Especial, os advogados estão preparando a defesa da Planner Corretora.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R$ 42.840 e está representado por 22.334 ações nominativas, sendo 11.167 ações ordinárias e 11.167 ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente integralizado, na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2021 foi deliberado o aumento de capital de R$ 22.840 para R$ 42.840 mediante a emissão de 15.334 novas ações. O aumento de capital de R$ 20.000 foi aprovado pelo BACEN em 14 de março de 2022, conforme Ofício 5718/2022 BCB-DEORF.

12.2. Dividendos

A distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, deduzido do valor da reserva legal de 5%, findo o exercício social em que a Administração o julgar compatível com a situação financeira da Corretora, podendo o Conselho Administrativo propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. A Assembleia Geral poderá também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

Não houve distribuição de dividendos no semestre encerrado em 30 de junho de 2022 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

12.3. Destinação dos lucros

Em atendimento a Resolução CMN nº 3.605, a Corretora destina o saldo de lucros acumulados para reservas de lucros no encerramento do balanço anual.

12.4. Juros sobre capital próprio

No semestre encerrado em 30 de junho de 2022 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não foram pagos juros sobre capital próprio.

12.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliações patrimoniais são efetuados de acordo com a classificação dos títulos e valores mobiliários, conforme nota explicativa 3.d; e, estão classificados como títulos disponíveis para venda e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

No semestre encerrado em 30 de junho de 2022 foram lançados para ajuste de avaliação patrimonial o montante de R$ 803 (R$ 738 em 31 de dezembro de 2021) líquido dos efeitos tributários.

13. Transações com partes relacionadas

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as partes relacionadas da Corretora são:

- Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;
- Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.;
- Planner Holding Financeira;
- Planner Serviços Corporativos Ltda.

As transações que a Corretora possui como parte relacionada, os direitos e obrigações, conforme descrito a seguir:

13.1. Direitos e obrigações

	30/06/2022 Ativo (Passivo)	31/12/2021 Ativo (Passivo)
Valores a receber de sociedades ligadas		
Planner Holding Financeira S.A.	490	489
Planner Trustee DTVM Ltda.	6.201	5.140
Outros Passivos – Diversos		
Credores diversos		
Planner SCM S/A	(12)	-

13.2. Operações com partes relacionadas

No semestre encerrado em 30 junho de 2022 houve pagamentos referente serviços de assessoria para a Planner Serviços Ltda. no montante de R$ 1.818 (R$ 842 em 30 de junho de 2021).

13.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração, para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R$ 1.320 (R$ 2.590 em 31 de dezembro de 2021), a qual é considerada benefício de curto prazo.

14. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de administração de fundos	6.808	6.649
Rendas de comissão e colocação de títulos	6.380	1.634
Rendas de corretagem de operações em bolsa	4.817	16.010
Rendas de outros serviços	8.137	7.183
	26.143	**31.476**

15. Despesas de pessoal

	30/06/2022	30/06/2021
Honorários da diretoria	(1.320)	(1.270)
Proventos	(6.317)	(4.876)
Encargos sociais	(2.330)	(1.673)
Benefícios	(2.005)	(1.595)
Outras despesas	(125)	(102)
	(12.097)	**(9.516)**

16. Outras despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com água e energia	(195)	(131)
Despesas com aluguéis	(1.714)	(1.559)
Despesas com comunicações	(304)	(500)
Despesas de manutenção e conservação	(691)	(353)
Despesas com material	(58)	-
Despesas com processamento de dados (a)	(11.171)	(5.752)
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	(294)	(161)
Despesas com propaganda e publicidade	(559)	(164)
Despesas com serviços bancários e custódia	(904)	(1.987)
Despesas com comissões (b)	(6.338)	(8.592)
Despesa com serviços técnicos especializados (c)	(7.065)	(5.799)
Despesas de transporte	(53)	-
Despesas com viagem	(316)	(67)
Despesa com depreciação e amortização	(232)	(898)
Outras despesas administrativas	(918)	(198)
	(30.812)	**(26.161)**

(a) Despesas com processamento de dados – aumento de 94%, recorrente das melhorias em legados e infraestrutura para suportar o fluxo do aumento de clientes da transformação digital.

33% (R$ 3.693) Infraestrutura tecnológica (processamento, servidores, *clouds*, redundâncias)
28% (R$ 3.101) Serviços de desenvolvimento da Plataforma Digital
26% (R$ 2.926) Legados
11% (R$ 1.276) Plataformas de informações do Mercado Financeiro
2% (R$ 175) *Links* de comunicação

(b) Despesas de comissões repasse de operações.

73% (R$ 4.846) repasses a Agentes Autônomos de Investimento – operações de Bolsa e BMF
17% (R$ 1.128) repasses de Taxa de Administração de Fundos
10% (R$ 650) repasses de Diferenças de Taxas em operações de Câmbio

(c) Saldo composto por despesas com auditoria, contabilidade, assessoria técnica e jurídica; autônomos; consultora e outros serviços técnicos.

17. Despesas tributárias

	30/06/2022	30/06/2021
Impostos sobre serviços – ISS	(1.029)	(1.262)
Contribuição ao COFINS	(2.760)	(1.527)
Contribuição ao PIS	(448)	(248)
Outras despesas tributárias	(263)	(247)
	(4.500)	**(3.284)**

18. Outras receitas operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de encargos e despesas (a)	1.516	150
Reversão de processo cível	2	-
Variações monetárias ativas	21	1
Atualização de depósitos judiciais	173	38
Carteira de clientes – pessoas físicas (b)	32.000	-
Acerto de remessas não identificadas	-	212
Acordo de multa sobre taxas de administração	-	288
Outras	33	85
Total	**33.745**	**774**

(a) Recuperação de despesas
R$ 1.047 - Atualização de conta a receber sobre despesas bancadas por diversos itens ainda compartilhados da Planner Trustee DTVM (cisão)
R$ 238 – Recuperação de multas aplicadas a fundos inadimplentes no exercício anterior
R$ 231 – Reembolso relativo a danos causados por terceiros no imobilizado

(b) Realização de parte de valor recebido pela Venda da Carteira de Pessoa Físicas

19. Outras despesas operacionais

	30/06/2021	30/06/2022
Contingências trabalhistas	-	(80)
Contingências cíveis	-	(443)
Atualização de passivos contingentes	(66)	(15)
Erro operacional	(10)	-
Multas – BSM, AMBIMA, B3	(32)	(97)
Multas – CVM	(2.638)	(20)
Multas - SFR - MULTAS POR OBRIG ACESSORIAS	(1.012)	-
Perdas c/Processos Cíveis	(253)	(402)
Prejuízo em contrato de cessão de direitos (a)	(24.912)	-
Compensação de impostos não homologado	-	(280)
Outras	(54)	(101)
	(28.977)	**(1.438)**

(a) Vide Item 26 – Evento de Cessão de Crédito sem coobrigação de PDD de Fundos.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

O cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social está assim representado:

	30/06/2022		30/06/2021	
Apuração de IR/CS	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	17.376	17.376	(3.256)	(3.256)
	17.376	**17.376**	**(3.256)**	**(3.256)**
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	470	470	291	291
Atualização de passivos fiscais contingentes	66	66	15	15

Provisão para devedores duvidosos	(24.611)	(24.611)	994	994
Outras provisões temporárias	(225)	(225)	814	814
Despesas/(Reversão) de passivos contingentes trabalhistas	-	-	80	80
Despesas/ (Reversão) de passivos contingentes cíveis	-	-	443	443
Dividendos recebidos	(1)	(1)	(8)	(8)
Atualização de depósitos judiciais	(172)	(172)	(38)	(38)
Reversão de Contingências Cíveis	(2)	(2)	-	-
Lucro real	**(7.099)**	**(7.099)**	**(665)**	**(665)**
(-) Compensação de 30% de prejuízos fiscais	**-**	**-**	**-**	**-**
Total da Base de Cálculo de IRPJ e CSLL	**(7.099)**	**(7.099)**	**(665)**	**(665)**
Encargos de IR 15% + Adicional 10%/ CS de 15% e 20%	-	-	-	-
(-) Incentivos Fiscais (PAT)	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**

Em 30 de junho de 2022 a Corretora apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante R$ 12.944 (R$ 665 em 30 de junho de 2021), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, também não elaborou estudo técnico, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário nacional, para os créditos tributários no montante de R$ 4.649, provenientes de perda estimada com outros créditos de liquidação duvidosa e contingências cíveis e trabalhistas no montante de R$ 2.300.

21. Administração de recursos de terceiros

Em 30 de junho de 2022 a Corretora é responsável pela Administração de carteiras de particulares, de clubes e fundos de investimento, cujo valor de patrimônio líquido na data do balanço era R$ 12.382.675 (R$ 7.966.508 em 31 de dezembro de 2021).

22. Gerenciamento da estrutura de capital

O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e gerenciamento contínuo de capital está disponível no endereço https://www.planner.com.br/compliance, no site da Corretora.

Visando o atendimento à Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, a Corretora, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da Corretora de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela Corretora de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *disclosure*.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Corretora se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 4.557/2017 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

Risco de liquidez

Visando o atendimento a Resolução CMN nº 4.557/2017, a Corretora adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da Corretora em obter recursos para honrar seus compromissos.

Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização.

23. Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 9,875% do patrimônio exigido.

A Corretora adota o critério de patrimônio líquido consolidado em conjunto com suas controladas (Planner Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.). O Índice calculado para o semestre encerrado em 30 de junho de 2022 é 12,12% (-2,17% em 31 de dezembro de 2021).

Ressaltamos que na AGE de 29 de dezembro de 2021 foi aprovado pela administração o aumento de capital da Planner Corretora de Valores S.A. pela Planner Holding Financeira S.A. no valor de R$ 20.000, para mitigar os impactos gerados pelas provisões realizadas no mês de dezembro de 2021. O processo

deste aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 14 de março de 2022, conforme Ofício 5718/2022 BCB-DEORF, não sendo considerado no cálculo do Índice de Basiléia do mês de dezembro de 2021.

24. Análise de Sensibilidade

A Corretora, de forma geral, não incorre em riscos de mercado e liquidez em suas atividades, pois é uma prestadora de serviços e seus serviços são pagos (Débito em conta corrente do Cliente). Concentra seus serviços em clientes institucionais e de grande porte e dessa forma seu único risco é o de crédito, caso um deles não pague pelos serviços prestados. Desde sua entrada em operação a Corretora não teve nenhuma perda.

As aplicações financeiras próprias são realizadas em bancos de grande porte com pequeno risco ou em títulos do governo.

Os Títulos e Valores Mobiliários são compostos por aplicação em títulos públicos, em Fundos de Investimento, inclusive no Fundo de Investimento Liquidação da Câmara BM&FBOVESPA e ações de companhias abertas nos quais são inerentes ao desempenho da sua atividade como Corretora de Valores.

Os valores registrados no Ativo e no Passivo a título de Negociação e Intermediação de Valores são referentes as liquidações de clientes nas operações da B3.
Em conformidade com a Circular nº 3.959 e Resolução 4.720, do Banco Central do Brasil, a Corretora utiliza, para fins de sensibilidade dos valores contábeis, o abaixo disposto:

Conta	Valor provável de realização ativo/(passivo)	Variação em função do risco - %	Obs.
Disponibilidades	2.729	-	**(a)**
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	48.899	-	**(a)**
Títulos e Valores Mobiliários	77.899	5%	**(b)**
Negociação Intermediação de Valores (líquido)	291	-	**(a)**
	129.818		

(a) – Sem risco
(b) – Risco estimado. Até a presente data não houve perda.

25. Outras informações

Efeitos da pandemia - COVID-19

Com relação aos impactos da pandemia, podemos afirmar que não registramos alterações relevantes ao longo dos meses do 1º semestre de 2021, inclusive em termos de demonstrações financeiras, considerando que, apesar das indefinições na economia decorrentes do COVID-19 ocasionarem postergação na realização de alguns novos negócios, mantivemos um nível de operação dentro da normalidade, ou seja, não verificamos aumento em termos de inadimplência por parte de nossos clientes, e, ainda, conseguimos evoluir na contratação de novas operações, principalmente no segmento de fundos de investimentos.

Adicionalmente, conforme mencionado no parágrafo acima, até o presente momento não identificamos crescimento expressivo em termos de inadimplência por parte de nossos clientes, estando o PDD do período em linha com as nossas regras de provisionamento, e em patamares semelhantes aos históricos.

Por fim, até o presente momento não utilizamos nenhum benefício disponibilizado pelo Governo, sendo oportuno ressaltar que em relação a possibilidade legal de prorrogação de impostos, optamos pelo pagamento na data de vencimento original.

26. Evento de cessão sem coobrigação

Conforme instrumento particular de cessão com pessoa a declarar de créditos sem coobrigação e outras avenças realizado em 28 de março de 2022, ocorreu a transação entre a PLANNER CORRETORA DE VALORES (Cedente) com a LEGACY NEGÓCIOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (Cessionária) que consideram que: O Cedente é credor legítimo e único dos créditos oriundos das operações de crédito, bem como de todos os direitos acessórios aos créditos, incluindo juros remuneratório, encargos moratórios, correções monetárias, e toda e qualquer garantia, real ou pessoal ou fiduciária, ainda existentes, que garanta, total ou parcialmente, o seu pagamento; O Cedente tem interesse em alienar os direitos e haveres dos créditos e o cessionário tem interesse em adquiri-los; A Cessionária firma o presente contrato devendo indicar, no prazo de 30 dias, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios a ser constituído pela Cessionária, que adquiriu os direitos e assumiu as obrigações decorrentes do contrato.

Preço de Cessão: Pela aquisição dos créditos, a Cessionária pagou, ao Cedente, no prazo de até 30 dias contados da celebração do presente contrato, o preço certo e ajustado de R$ 2.000, fixado de comum acordo entre as partes.

27. Eventos subsequentes

Após o encerramento do semestre em 30 de junho de 2022 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações contábeis.

A DIRETORIA	**REINALDO DANTAS** Contador CRC 1 SP 110330/O-6